



MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 05/11

Data da Sessão: 28 de Setembro de 2011

Início da Sessão: 16.00 horas

Fim da Sessão: 20.00 horas

Composição da Mesa:

Presidente: Lídio dos Santos Cristo, Dr. -----

1º Secretário: Manuel Eduardo Magalhães Portelinha -----

2º Secretário: Vítor Manuel Monteiro Travassos -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2011, setembro, 28

----- Aos 28 dias do mês de setembro do ano de 2011, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, com a seguinte ordem de trabalhos: -

1. – Período de Antes da Ordem do Dia; -----
- 2.– Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara, nos termos da alínea e), nº 1, do artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro; -----
- 3.– Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Reafecção de Lotes – Mor-Energy; -----
- 4.– Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Nomeação de Juizes Sociais; -----
- 5.– Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Imposto Municipal Sobre Imóveis a cobrar em 2012;
- 6.– Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Derrama a lançar no ano de 2012 relativamente ao exercício 2011; -----
- 7.– Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a participação no IRS (Imposto Sobre Rendimento das Pessoas Singulares) no ano de 2011; -----
- 8.– Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano de 2012; -----
- 9.– Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a 2.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e 2.ª Revisão ao Orçamento; -----
- 10.– Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o pedido de Reconhecimento de Relevante Interesse Público da Ciclovia Mondego – Troço Centro de Alto Rendimento/ Limite do Concelho de Montemor-o-Velho com Coimbra; -----
- 11.– Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o pedido de Reconhecimento de Relevante Interesse Público do Eixo Viário do Sistema Urbano das Gândaras – Arazede/ Meco: Variante (entre Faíscas e a Rotunda dos Gordos); -----

----- Procedeu-se à verificação da existência de quórum, registando-se as seguintes presenças - **Mesa:** Lídio dos Santos Cristo, Manuel Eduardo Magalhães Portelinha e Vítor Manuel Monteiro Travassos. -----

----- **Membros:** João Manuel Major Pinto Correia, Ana Cristina da Silva Jorge, Filipe Manuel Galvão Carraco dos Reis, Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge, Hernâni Óscar Pires Costa Rama, Maria João Batista Sobreiro, Marco Bruno Cardoso Branco de Freitas Góis, Fernando Manuel Dias Monteiro, Rui Manuel da Costa Rodrigues, José Manuel Cardoso Bucu, Ricardo Manuel Pato Sousa Brites, Edmea Tereza Reis Silva, Margarida Maria Querido Monteiro Carvalho, Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo, David António Coutinho da Costa e Sousa, Nuno Miguel Pinto Loureiro, em substituição de Altino Ferreira Lopes e José Mendes Simões Monteiro, em substituição de José Carlos Malheiro Leite. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2011, setembro, 28

-----**Presidentes de Junta:** Abrunheira, Arazede, Carapinheira, Ereira, Gatões, Liceia, Meãs, Montemor-o-Velho, Pereira, Santo Varão, Seixo, Tentúgal e Verride. -----

-----**Executivo:** Luís Manuel Barbosa Marques Leal, Pedro Manuel Monteiro Machado, Isabel de Jesus Maurício Quinteiro, Abel da Silva Oliveira Girão, Alexandra Margarida Góis Ferreira, Emílio Augusto Ferreira Torrão e Paula Elisabete Pires Costa Rama. -----

-----Ausências justificadas: Nuno Miguel Gaspar Marques Gonçalves, Altino Ferreira Lopes e José Carlos Malheiro Leite, tendo os dois últimos sido substituídos, conforme o referido anteriormente. -----

-----Foi solicitado, pelo executivo, a inclusão de cinco novos assuntos que, ao abrigo do nº 7, do art.º 10º do RAM, foram autorizados, passando a OT a conter mais os seguintes pontos: -----

12.– Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, abertura de procedimento, aprovação do programa de concurso e caderno de encargos para Concurso Público – Conservação e Reparação de Estradas, Arruamentos e Caminhos Municipais: Freguesias de Montemor-o-Velho, Gatões e Seixo; -----

13. – Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, abertura de procedimento, aprovação do programa de concurso e caderno de encargos para Concurso Público – Conservação e Reparação de Estradas, Arruamentos e Caminhos Municipais: Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca; -----

14. – Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o pedido de Reconhecimento de Interesse Público do Emissário de Descarga da ETAR de S. Martinho de Árvore; -----

15. – Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o pedido de autorização de despesa para construção/instalação de um campo de futebol sintético em Pereira; -----

16. – Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o pedido de autorização de despesa para construção/instalação de um campo de futebol sintético em Montemor-o-Velho; -----

-----**Ponto 1. - Período de Antes da Ordem do Dia** – O PMAM, Lídio Cristo, deu início à reunião, quando eram 16 horas e, após dirigir as suas saudações a todos os presentes, formulou votos de que a reunião fosse frutuosa de modo a defender os interesses da comunidade do concelho. -----

-----Foi, então, posta à discussão e votação a ata número 4, de 29 de junho de 2011 que foi aprovada por maioria, com o seguinte resultado: Votos contra - 0; Abstenções - 03; Votos a favor – 30. -----

-----Seguidamente, o SMAM, Vitor Travassos, informou da diversa correspondência expedida e recebida, para além da que constava no documento, previamente enviado, tendo salientado: os pedidos de substituição dos membros Altino Ferreira Lopes e José Carlos Malheiro Leite; pedido de justificação de falta de Nuno Miguel Gaspar Marques Gonçalves; da Moção da Câmara Municipal da Mealhada sobre o Ramal Ferroviário Pampilhosa/Figueira da Foz e do convite da Junta de Freguesia de Pereira para a comemoração do 20.º aniversário da reelevação da freguesia de Pereira a vila. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2011, setembro, 28

----- Posteriormente, foram dados 5 minutos para que fossem entregues à MAM as Moções, Requerimentos ou outros que os membros da AM entendessem por convenientes, tendo sido aceites:-----

----- **Recomendação** subscrita pelo membro Rui Rodrigues (PS), "**Reparação da estrada que liga a Urbanização de Pereira à Escola**", conforme documento anexo à presente ata, sob o número 01. -----

----- **Recomendação** subscrita pelo membro Rui Rodrigues (PS), "**Colocação de postes de iluminação pública desde a Ponte de Formoselha até à Praia Fluvial de Pereira**", conforme documento anexo à presente ata, sob o número 02. -----

----- **Moção** subscrita pelo SMAM, Vitor Travassos (CMS), "**Congratulações Diversas**", conforme documento anexo à presente ata, sob o número 03, e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- **Recomendação** subscrita pelo membro Rui Rodrigues (PS), "**Reparação das tampas de saneamento da Urbanização da Vila de Pereira**", conforme documento anexo à presente ata, sob o número 04. -----

----- **Recomendação** subscrita pelo membro Rui Rodrigues (PS), "**Reparação da estrada que liga Pereira aos Casais Velhos**", conforme documento anexo à presente ata, sob o número 05. -----

----- **Moção** subscrita pelo PJF de Tentúgal, Décio Matias (CMS), "**7 Maravilhas Gastronómicas de Portugal – Pastel de Tentúgal e Medalha Municipal de Mérito Cultural**", conforme documento anexo à presente ata, sob o número 06, e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- O PJF de Montemor-o-Velho (CMS) pediu a palavra e disse: "Pretendo saber se é possível fornecer alguns dados concretos sobre o que aconteceu a uma criança que, hipoteticamente, se queimou numas cinzas junto a um aterro situado a nascente do Moinho da Mata". -----

----- O membro Marco Góis (PS) pediu a palavra e disse: "Relativamente à intervenção que está a ser feita numa das rotundas na EN 111 e, sem colocar em causa a necessidade da mesma, gostaria de saber, da parte do executivo municipal, se há um prazo previsto para a finalização das obras ou em alternativa, quando é que a estrada em frente às piscinas municipais volta a ser transitável. Embora compreenda a necessidade das intervenções, o facto de serem feitas em paralelo, cria problemas de acesso à vila. -----

----- Em segundo lugar, e na sequência do que foi anteriormente referido pelo PJF de Montemor-o-Velho, gostaríamos, também, de ser informados do ponto de situação, dado que, pelo que foi possível apurar, os resíduos ainda estão no local. Obviamente que a sua remoção e identificação não é uma responsabilidade da Câmara Municipal, mas o que é facto é que estes ainda se encontram no local e o trágico acidente que ocorreu, pode voltar a verificar-se. - -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2011, setembro, 28

-----Por outro lado, tivemos conhecimento que a elaboração de Plano de Gestão do Centro Náutico de Montemor-o-Velho (CAR) foi entregue a uma entidade privada e, por isso, pretendemos saber se existe uma data prevista para apresentação do mesmo”.-----

-----O membro Fernando Monteiro (CMS) pediu a palavra e disse: “Pretendia falar de um assunto que já foi abordado várias vezes nesta AM e que se prende com a acessibilidade na Ponte do Paço, em Pereira/Arzila e a variante à ex-E.N.341, que ligaria Arzila, eventualmente a Figueiró. Pelo que sei o estudo de impacto ambiental caducou, voltámos à estaca zero e não existe circuito, nem traçado A, nem B, nem C. Daí o apelo à CM para que se tiver alguma indicação, forneça à AM a razão por que caducou, sem execução, o traçado para uma via de grande densidade de tráfego rodoviário. -----

-----Em 2008 foi feito um levantamento indicando um cálculo médio de 15 a 20 mil viaturas diárias na Ponte do Paço, mas com o crescimento urbanístico que quer a freguesia de Pereira, quer a freguesia de Santo Varão têm tido, o valor atrás referido será ainda maior. O projeto da Ponte do Paço não tem tido o acolhimento devido pela CM de Coimbra. Houve expectativa num passado recente que, com a mudança do seu Presidente, o assunto fosse considerado relevante para a autarquia, mas parece que assim não o é. Sei que o PJF de Pereira tem feito todos os esforços no sentido desta situação ser colmatada e pelo que se sabe a obra estará inscrita no plano de execução da CM de Coimbra, mas com uma verba residual de 10 €. Esta é uma situação irrelevante, em termos de projeto, mas extremamente necessária para quem circula na margem esquerda, nomeadamente das freguesias de Pereira, Santo Varão, Alfarelos e Granja, bem como todo o trânsito que circula na margem direita e que faz daquela via um acesso diário e rotineiro. -----

-----Por essa razão é com alguma preocupação que manifesto e apelo à CM e ao seu executivo e até à própria AM, que façam os esforços necessários, no sentido de saber o que se passa e as atitudes que se poderão tomar, para que o projeto seja reativado e reequacionando, num futuro próximo. -----

-----O membro Ricardo Brites (CDU) pediu a palavra e disse: “Pretendo que sejam esclarecidas algumas questões, nomeadamente o possível encerramento da estação dos correios (CTT) na Carapinheira, que penso que está previsto a curto ou médio prazo. Trata-se do encerramento de um importante serviço que os munícipes quer da Carapinheira, quer das freguesias vizinhas têm ao seu dispor. Caso se venha a concretizar o encerramento pretendo saber se existe alguma posição da JF da Carapinheira, para que estes serviços continuem a ser prestados. -----

-----Relativamente ainda à freguesia da Carapinheira, sei que o prazo indicado para a conclusão das obras que estão a decorrer no antigo espaço da feira, seria o final do mês de outubro. A obra continua parada, tendo sido dada informação de que uma desarticulação dos funcionários do empreiteiro tinha

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2011, setembro, 28***

causado alguns problemas. Mas o que é facto é que as obras continuam paradas e, por isso, pretendo ser informado sobre o ponto de situação e se os prazos vão ser cumpridos. -----

----- Em relação a outra questão, na EN 111, no lugar da Lavariz, foi intervencionado um acesso a uma urbanização em que o estreitamento da via que se realizou é preocupante. Estreitaram a via do lado onde havia menos espaço para o fazer, ficando a via do lado esquerdo intocável e onde, aí sim, haveria mais espaço para o fazer, pelo que solícito que se verifique aquela obra e seja feita uma retificação à mesma.----

----- No que diz respeito à Moção remetida pelo Município da Mealhada, trata-se de um ponto que já algumas vezes trouxemos a esta AM e que gostaríamos também de saber se o atual executivo está empenhado e decidido em juntar-se a esta luta, uma vez que o eixo ferroviário que está encerrado atravessa grande parte do concelho de Montemor-o-Velho e que de facto é importante para o desenvolvimento desta região. -----

----- Gostaria também que me fossem dados alguns esclarecimentos relativamente à questão da restituição dos lotes 2 e 3 da AGNI. Estive empenhado a ler o que foi deliberado na reunião do executivo, mas devido à minha falta de conhecimento na área jurídica, fiquei com algumas dúvidas que gostava que me fossem esclarecidas, nomeadamente: a CM tinha atribuído a esta empresa, penso que quatro lotes – dois foram usados para construção, dois não foram usados para construção. Neste momento, dois lotes vão ser restituídos à CM e não compreendi o que vai ser feito ao resto dos lotes, ou seja, se a CM foi compensada pelos dois lotes onde foi executado o investimento. Pretendo saber se a CM vai receber dois lotes, porque não mostrou também opção relativamente aos restantes ou se vai ser ressarcida dos outros dois que neste momento estão ocupados. -----

----- O membro Ana Cristina (CMS) pediu a palavra e disse: “Esta minha intervenção prende-se com a questão da Comissão Permanente (CP) da AM e que reuniu ontem para analisar a proposta da Carta de Saúde para o Concelho, documento que existe desde março do corrente ano. -----

----- Em reunião com os PJF, ouvi a sua opinião, relativamente a esta proposta, bem como tivemos acesso às posições das Assembleias de Freguesia de Santo Varão e da Abrunheira, podendo dizer-se que o que se pretende é o encerramento das extensões de saúde. Algumas delas já foram encerradas, como também já foi referido nesta AM, passando a existir apenas quatro Unidades Funcionais, em Montemor, Pereira, Carapinheira e Arazede que já está a receber os utentes de Liceia e Seixo, sem que as JF ou a CM tenham sido ouvidas neste processo. -----

----- Atendendo a que as extensões de saúde foram encerradas houve um aumento substancial nas Unidades Funcionais de Montemor e na Unidade Familiar de Arazede, que provocou, de alguma forma, maior morosidade e espera para os doentes. Regista-se também a falta de recursos humanos e que o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2011, setembro, 28

horário é insuficiente para servir as populações. Também a rede de transportes, perante esta proposta, não serve a população, bastante rural e onde as “distâncias” a percorrer são muito grandes e as acessibilidades são preocupantes, principalmente para as populações mais carenciadas e mais idosas. -----

-----Considerámos que esta proposta não traduz as necessidades da população, que existe a perda da proximidade que tem havido, até esta data, numa população envelhecida, relativamente ao seu médico e por outro lado também não se prevê que o utente possa “escolher” o serviço que melhor o serve. -----

-----O encerramento das Extensões de Saúde, na opinião da CP é uma posição contra os direitos da população e, por unanimidade, mostrou-se contra esta proposta. No entanto, acreditamos que, as alterações na ARS tragam maior proximidade com as estruturas locais, que estas sejam ouvidas, de modo a que o modelo seja mais explicado a todos os parceiros. Assim, é entendimento da CP que nos devemos manifestar, no sentido de apresentar todos estes considerandos, demonstrando a nossa preocupação e o nosso desacordo com esta proposta da Carta de Saúde do Concelho de Montemor-o-Velho.” -----

-----O P.J.F. de Tentúgal, Décio Matias pediu a palavra e disse: “Como representante desta AM nesta área, reitero o que foi dito e gostaria que, se necessário, fosse transcrita da penúltima AM a minha intervenção relativamente à saúde neste específico aspeto, reiterando como P.J.F. o desacordo no encerramento do que quer que seja, em termos de proximidade que é prestado neste momento, sem que sejam asseguradas a mobilidade dos utentes. A minha intervenção sobre este aspeto, como P.J.F., mantém-se inalterada, assim como a posição tida nas reuniões com o senhor Diretor do ACES. Esperamos por isso que esta situação mude para melhor”.-----

-----O membro Albertina Jorge (PS) disse que a sua intervenção se traduzia num voto de condolências pelo falecimento do pai do P.J.F. de Vila Nova da Barca, Telmo Graça, pelo que em nome do grupo do PS e, em princípio, de toda a AM manifestava pêsames e solidariedade nesta hora de dor. -----

-----O SMAM informou que, ontem mesmo, foi enviado um telegrama em nome da AM ao membro Telmo Graça nesse sentido, expressando as condolências de toda a AM. -----

-----O membro Filipe Carraco (CMS) pediu a palavra e disse: “A minha intervenção na sessão de hoje prende-se essencialmente com quatro pontos da atualidade. Em primeiro lugar, o regozijo e as congratulações do grupo da CMS por, ao fim de tantos anos de história, se ter passado a escrito a geminação com a vila de Montemor-o-Novo. Para além daquilo que temos em comum no nome, como na parte de toda uma carga histórica desde os primórdios da nacionalidade, algumas ligações têm vindo a ocorrer nos últimos anos, nomeadamente com um estreitamento de relações entre muitas das nossas associações e das congéneres de Montemor-o-Novo e também pela presença na “Rede dos Castelos”, pelo que poderão surgir novas sinergias e novas oportunidades para os nossos concelhos.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2011, setembro, 28

----- Em segundo lugar, assinalar o encerramento das Comemorações 'Fernão Mendes Pinto, 500 Anos', que teve o seu epílogo no dia 8 de setembro, com o lançamento de moedas comemorativas, dando os parabéns por todo o trabalho que foi desenvolvido no sentido de comemorar os 5 séculos do nascimento da mais célebre personalidade nascida nesta vila e neste concelho de Montemor-o-Velho. -----

----- É de salientar todo o envolvimento cultural, em termos das instituições do concelho e do mediatismo que se conseguiu, através de meios de comunicação social e também para salientar a excelente realização da reposição do magnífico espetáculo "As Peregrinações", que no fundo veio demonstrar todo o potencial que a vila de Montemor-o-Velho, e a sua parte histórica possui, em termos de uma cultura que está por explorar, mas que no fundo tem sido espelhada na estratégia deste executivo municipal, nomeadamente através do projeto "Ruas da Cultura". -----

----- Pretendo destacar, também, o atleta Sérgio Silva, que se sagrou Campeão Mundial de Duetlo o que nos traz contentamento ao sentirmos que, para além dos bons resultados que na Canoagem e no Remo se têm vindo a conseguir para as seleções nacionais, também o Duetlo, cuja Federação tem sede instalada em Montemor-o-Velho, vai alcançando resultados de destaque, a nível mundial. Julgo que todos sentimos conforto e satisfação, por verificarmos que os grandes investimentos feitos no concelho têm produzido uma melhoria significativa dos resultados dos atletas e pelo mérito que vão conseguindo além fronteiras. Faço votos que este relacionamento que tem havido entre o município e as federações das modalidades, que no fundo acabam por estar mais adstritas ao funcionamento do CAR se vá estreitando, para que possam ser embaixadores do nome de Montemor-o-Velho e destas infraestruturas de excelência e que possam trazer retorno de todo o esforço significativo que o município tem feito no sentido de lhe criar todas as condições, para obterem o sucesso que têm vindo a obter nas modalidades praticadas. -----

----- Finalmente, gostaria de deixar uma nota relativamente à comunicação remetida pela Câmara Municipal da Mealhada, que no fundo é um tema que já na última Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego foi abordado com profundidade e que teve intervenções basicamente de todos os grupos e de todos os concelhos que afetados por este fecho abrupto do ramal da Pampilhosa.- Esta linha, não só no transporte de passageiros, mas, essencialmente, no transporte de mercadorias e na ligação ao porto da Figueira da Foz poderá e deverá voltar a ser uma ligação estruturante e importante. No fundo terá que dar outra abrangência e outra amplitude aos investimentos que as autarquias têm vindo a fazer, nomeadamente na infra estruturação de zonas logísticas e industriais. Refiro-me no caso concreto do concelho de Montemor-o-Velho, aos investimentos que têm sido levados a cabo com a construção do PLIA, que com esta ligação ferroviária, ganhará outra potencialidade, em termos do escoamento da produção que ali poder vir a ocorrer." -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2011, setembro, 28

-----O membro David Coutinho (PS) pediu a palavra e disse: “A minha intervenção prende-se, mais uma vez, sobre a questão da feira quinzenal, designadamente o seu local, e para a qual até hoje, não obtive qualquer resposta. Não quero pensar que os membros do executivo tenham desprezo pelo papel da oposição e o seu silêncio seja por esse motivo. Conheço as pessoas e o que nos separa em ideias não nos separa na amizade e vou pensar que foi um esquecimento ao não terem uma resposta para me dar. A não ser que, efetivamente a colocação da feira quinzenal naquele local seja definitiva, destruindo o Parque de Campismo. Aliás, foi visível na feira anual, a vergonha e as condições em que as pessoas ali estiveram a trabalhar, a vender e até mesmo para as que estavam a comprar. A minha pergunta é sempre a mesma: trata-se de uma situação provisória ou uma situação definitiva? -----

-----Outro assunto que quero abordar prende-se com o facto de nos tempos de crise, nem sempre tudo é mau já que permite ver onde desperdiçamos o nosso dinheiro. Hoje, reparei que há lâmpadas de iluminação pública acesas em pleno dia e, por ser um desperdício, apelo ao PJF que alerte à CM para todas estas situações desconforme ao horário solar, para que eles não se repitam. Normalmente, na mudança de horário, existem uns dias desajustados, o que se traduz num desperdício muito grande”. -----

-----O PCM pediu a palavra e disse: “Começo por informar a AM que se iniciou, recentemente, uma Inspeção Ordinária da IGAL à CMMV, fundamentalmente em áreas que se prendem com a funcionalidade a nível da avaliação do SIADAP, das concessões de subsídios ao associativismo e também da sobreposição de funções, quer das pessoas que desempenham cargos políticos, quer dos funcionários da autarquia, para além daquilo que é trivial em inspeções ordinárias. Esta inspeção já estava agendada mas foi adiada, dado que nos primeiros meses deste ano se realizou uma outra da Inspeção-Geral das Finanças.-----

-----Relativamente às questões colocadas pelos membros desta AM, começaria por falar do acidente ocorrido junto de uma exploração de massas minerais no Moinho da Mata, transmitindo-vos o relatório que os serviços municipais elaboraram: *“No dia 17 de agosto, pelas 16 horas, junto a uma exploração de areia no local do Poço da Cal, no Moinho da Mata, pertencente à empresa António de Jesus Miranda, Lda., ocorreu um acidente com uma criança. A empresa possui licença de exploração de inertes sob o alvará de licença de exploração de pedreiras n.º 2/2006. Segundo informação do Dr. José Aníbal, representante do Delegado de Saúde, em substituição do Dr. Costa e Melo, a criança deu entrada no Hospital Pediátrico de Coimbra com queimaduras de terceiro grau, localizadas nos membros inferiores.* -----

-----Relativamente a este processo, verificou-se que no decorrer do ano de 2009 e no ano de 2010, tinham sido depositados resíduos de proveniência desconhecida naquela exploração, tendo-se procedido á notificação da empresa acima referida, através da GNR – SEPNA do Departamento de Operações de Gestão

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2011, setembro, 28

de Resíduos da Agencia Portuguesa do Ambiente e da CCDRC, para esclarecimentos quanto ao respetivo licenciamento. -----

----- Em resposta, a empresa António de Jesus Miranda, Lda., apresentou um alvará de licença para a realização de operações de gestão de resíduos n.º 54/2009 CCDRC, emitido pela Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro, entidade responsável pelo licenciamento e fiscalização das operações de gestão de resíduos, encontrando-se este válido até 26.08.2014, bem como o boletim de análise dos resíduos que estariam a ser depositados. Nessa altura, a Fiscalização Municipal realizou um conjunto de deslocações ao local, tendo-se verificado que esses resíduos estariam a ser integrados no solo. -

----- Face ao depósito desses resíduos e no âmbito da recuperação de pedreira, foi a empresa notificada em 3.12.2010, para solicitar à Câmara Municipal uma vistoria, para desta forma se convocarem as entidades competentes, Direção Regional de Economia e CCDRC, tendo em vista o seu encerramento, bem como verificar no local se o previsto no plano ambiental de recuperação estaria a ser cumprido, uma vez que na memória descritiva do processo, não era feita referência a qualquer colocação de resíduos. -----

----- Mais se informa que o processo de Plano Ambiental de Recuperação (PARP) é analisado e validado pela Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro, a mesma entidade que autorizou a operação de deposição dos resíduos. -----

----- No dia 19 de agosto, foi notificado pela Câmara Municipal o proprietário a repor as condições de segurança, tendo sido dado conhecimento à Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional e à GNR. Foi efetuada uma deslocação ao local, no dia 22 de agosto, com a presença da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional, da SEPNA/GNR, da Câmara Municipal, onde a CCDRC informou que tinha sido suspenso o alvará de licença para a realização de operações de gestão de resíduos n.º 54/2009 CDRC, emitido por esta e seria notificada a empresa titular de nome Penpetra, Lda. do alvará a remover os resíduos do local. -----

----- Atualmente tem-se efetuado um conjunto de diligências junto da GNR e do Delegado de Saúde, por foram a obter dados dos resultados das análises efetuadas às cinzas e da investigação a desenvolver pela GNR, bem como informações da evolução do estado de saúde da criança. -----

----- Aguarda-se assim o resultado das análises, por forma a diligenciar um conjunto de procedimentos a efetuar e foi marcada vistoria para o dia 30 de setembro, com as entidades competentes, para o encerramento da extração de inertes junto ao local do acidente.” -----

----- Esta é a informação formal e oficial de que disponho e porque solicitei informação sobre o assunto.

----- Em relação ao processo que se prende com a rotunda da ex-EN 111 junto ao tribunal, estava incluído no projeto de recuperação da avenida dos Bombeiros, mas por questões que se prendiam com o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2011, setembro, 28***

início dessa obra, que foi coincidente com o começo da época estival, onde a periodização de passagem de veículos é muito mais intenso e dado que estamos na altura do verão, resolveu-se esperar pelo final do mês de setembro, para se proceder à conclusão da mesma. Esta obra está praticamente concluída, faltando apenas fazer duas intervenções: uma sobre a passagem subterrânea para o “Cano/Areal” e outra junto aos semáforos de Quinhendros. Desta empreitada falta apenas corrigir as marcações das passadeiras, junto à avenida dos Bombeiros, a marcação dos seus limites físicos, em termos de sinalética horizontal e também a colocação de passadeiras junto à rotunda de D. Inês, reavivando as que estão junto à Escola Profissional, como também as que vão fazer passagem para as superfícies comerciais que ali existem e para o Pavilhão Municipal.-----

-----Relativamente à gestão do CAR a autarquia encomendou a uma empresa consultora, um trabalho que visa, fundamentalmente, apresentar aos diferentes parceiros do processo um modelo de gestão, um estudo de viabilidade económico-financeira e ainda, em complemento, um guião captador e potencialmente “sugestionável” para que investimentos hoteleiros, ligados ao turismo desportivo de alto rendimento, se venham ali a fixar. Este processo será encerrado nos próximos dias, dado que já no próximo dia 30 de setembro reunirei com os presidentes das 4 federações e com a empresa, para fazerem a leitura do “draft” final, por mim assinado hoje. Informo, ainda, que, e de acordo com a aprovação do POVT, foi feita a remodelação do financiamento à CMMV do projeto do CAR que passou de 10,35 milhões de euros para 12,635 milhões de euros. Hoje mesmo, o IDP remeteu à CM esses documentos, para assinatura, com carácter de urgência até ao dia 30 de setembro, para apresentar ao POVT a saída do IDP deste financiamento, ficando os 85% de financiamento atribuído pela EU e os 15% por pagamento do município de Montemor. -----

-----Com tudo isto, seria dada sequência à apresentação da Comissão Instaladora de Gestão do CAR, no que diz respeito aos seus equipamentos, ficando tripartida entre o município, as federações e o IDP, resultando este procedimento, sobretudo, de uma transição política, que nesta área do desporto e no IDP, não tem sido pacífica. Continuo a ter a maior estima e o maior respeito por parte do anterior gestor da área do desporto, mas claramente deixo aqui uma nota de que em nada do que foi tornado público, há repercussões no que quer que seja, que tocasse no CAR, que estava negociado. -----

-----Já marquei com o novo Secretário de Estado a apresentação formal do modelo de gestão do CAR, pago integralmente através do município, para que sirva de lição. Esperamos na próxima semana, após a reunião com a tutela, com as federações e com o IDP, poder apresentar este documento ao executivo municipal e posteriormente à AM. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2011, setembro, 28

----- Gostaria de deixar claro a noção de que vamos ter uma postura que vai assentar em algumas premissas fundamentais: Primeiro, de não querer tornar este projeto num retorno de financiamento ou de lucros, mas também de não querer que seja um “elefante branco” ou uma forma de perda de rendimentos. E para isso, o estudo está bem desenhado, teve a participação de empresas, de federações, de explorações congéneres na Europa e os resultados são promissores, do ponto de vista da transferência. Não posso dizer muito mais sobre este assunto, porque seria um indelicadeza da minha parte, dado que ainda não tive uma conversa com a atual tutela, mas posso dizer que, tendo em conta o que está a ser transferido atualmente pelo Estado Português para o Centro de Estágio de Rio Maior, não precisamos mais do que 80% desse montante para rentabilizar o CAR de Montemor. Por outras palavras há procedimentos, que no passado recente e na atualidade, alimentam situações congéneres que, possivelmente, não terão a mesma mobilização e não têm tido os mesmos resultados. -----

----- Há pouco o membro Filipe Carraco falava do Triatlo, mas lembro que, os dois remadores que aqui treinam obtiveram mais 1 medalha de bronze nos Campeonatos Europeus pelo que, neste momento, temos 25 medalhas conquistadas na Canoagem, 4 no Remo e 2 do Triatlo, todas elas geradas nas condições disponibilizadas neste CAR. -----

----- O que é apontado é uma gestão quadripartida, com um contexto autónomo do município, mas com a liderança do município. Quero dizer com isto que: tal como demonstrei ao longo de 10 anos de mandato, fui sempre adverso das empresas municipais e não vou agora implementá-las; ponto dois: a gestão vai ser quadripartida entre a Tutela (Secretaria de Estado/IDP ou o novo organismo que a partir de outubro vai ser gizado), município, federações e privados, que estejam a investir no contexto da política de captação turístico/desportiva de alto rendimento. O quadro orgânico que está traçado é de 4 ou 5 pessoas no máximo, sendo a gestão entregue apenas a uma e os outros serão administrativos e canalizados para a manutenção e reposição. -----

----- Permitam-me que vos diga que, finalmente, no dia 16 de agosto, foi assinado o novo contrato com o POVT e em que o primeiro projeto que estava contratado previa um financiamento da União Europeia a 70%, sendo 5% do estado português e 25% da CMMV. O que está hoje em cima da mesa, para um contrato elegível de 15 milhões de euros, num custo total de 16,5 milhões de euros é um financiamento de 85% pela Comunidade e 15% pela CMMV. No dia 29 de agosto foi recebida a tranche compensatória do montante que já tinha sido pago até esta data e que passou de 70% para 85%, ou seja, recebemos 1.400.000,00€, que no dia seguinte foi distribuído pelos empreiteiros. Lembro que quando a CMMV se viu defraudada pela não transferência da verba que dizia respeito ao Estado Português, teve que contrair um

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2011, setembro, 28

empréstimo de curto prazo no valor de 900.000,00 €, para pagar o que competia lhes e que agora teve que ser repostado num outro projeto: Ciclo Urbano da Água.-----

-----Desta forma, estivemos, temporalmente, em rotura completa, com indeferimentos dados pelo PO-Regional aos projetos do Centro Educativo de Montemor e do Eixo do Vale, ou seja, da obra que está a ser efetuada na Carapinheira. Se a CM tivesse as transferências de verbas, não poderia protestar um corte de 180.000,00 €, numa obra que dizia respeito a erros e omissões, do ponto de vista do AVAC (Instalações elétricas) desse mesmo projeto e noutros estavam a ser retiradas verbas sistematicamente. A Câmara Municipal protestou, foi até à última instância e estamos agora a ser confrontados com o ganho em relação aos erros e omissões, onde vamos ser financiados em 75% e, em relação aos outros, não haverão os cortes previstos. Apenas vai haver uma suspensão de 5% em alguns dos trabalhos, onde os critérios de adjudicação não foram, do ponto de vista jurídico respeitados. -----

-----Com tudo isto, o município tinha para receber 5,8 milhões de euros pelo que ainda falta receber 4,4 milhões de euros. Sabemos perfeitamente que se está a atravessar uma fase crítica e delicada entre a dívida da CM e o que esta tem para receber, mas quando olharem para a informação financeira e verificarem que há neste momento 9 milhões de euros para pagar, se retirarem ao passivo o que estava em circulante, em termos concretos a Câmara tem, neste momento, 2,5 a 3 milhões de euros a descoberto que vai potencialmente reduzir neste exercício e no próximo. -----

-----Em relação ao assunto da Ponte do Paço/Variante à EN 341 e EN 347, que aqui foi abordado, digovos que analisámos esta situação na última reunião de Câmara, onde foi tomada uma posição consentânea e unânime. É-nos grato ter visto, de uma forma que não é a mais proactiva, caducar o Estudo de Impacto Ambiental, que apresentava uma solução, que não interessava ao concelho de Montemor e que nunca tínhamos defendido e que era a solução C e dos critérios de passagem dentro da travessia efetuada entre Alfarelos e Taveiro, para a recuperação das variantes à EN 341 e EN 347. -----

-----Considero que esta AM, tal como o executivo municipal o fez, tem que tomar uma decisão clara de mostrar aos nossos vizinhos municipais contíguos de que a presença e a permanência daquela ponte, só significa a má vizinhança entre a cidade referência da zona e o modo como trata os municípios dos concelhos vizinhos. Não devemos desligar este assunto das variantes da EN 341 e EN 347, porque as funções alternativas não pagas à A14, são todas elas fornecidas e servidas gratuitamente pelo município de Montemor, pondo em causa pessoas e bens que transitam diariamente entre a Figueira da Foz e Coimbra. -

-----Sobre o encerramento dos CTT da Carapinheira, promovi uma reunião na Câmara Municipal onde estiveram presentes, o PJF da Carapinheira e os responsáveis dos CTT e onde ficaram garantidas 2 situações: até ao final do ano, não haveria suspensão dos serviços prestados e a JF assumiria uma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2011, setembro, 28

responsabilidade de alternativa, que garantiria um serviço adequado de prestação à cidadania, relativamente àquilo que era feito até agora. -----

----- No que diz respeito à obra no Alhastro, na Carapinheira, penso que, de alguma forma, já expliquei o que se passou e o empreiteiro vai retomar a obra no primeiro dia útil da próxima semana, sendo necessários mais ou menos dois meses para a sua conclusão e até ao final do ano estará encerrada.-----

----- Relativamente ao estreitamento da via na EN 111, na Lavariz, estou perfeitamente de acordo e também quero saber quem foi que autorizou esta obra pois considero que esta é uma questão delicadíssima em que a responsabilidade está na aprovação do loteamento e é o loteador que deverá proceder à sua correção. -----

----- No que diz respeito à Linha da Beira Alta, não nos vamos juntar a esta luta porque fomos nós que iniciámos toda a discussão. Em relação a esta matéria, com uma certa diplomacia, gostaria de dizer que os municípios em si e dentro da sede que lhe é destinada - a Comunidade Intermunicipal - têm tido uma só voz. Logicamente que ninguém impede, nem ninguém deve pôr em causa que esta luta possa ter abrangências e transversalidades claramente importantes. E uma delas tem sido a própria AM da Mealhada, através dos mais diferentes órgãos, bem como a JF da Pampilhosa. O município e o sobretudo o PCM tem um entendimento com os seus colegas e já abordaram este assunto com o Secretário de Estado, e a CIM tem demonstrado, clara e inequivocamente, a necessidade da manutenção daquela linha, nem que seja apenas para transporte de mercadorias, dado que ela é fulcral para o desenvolvimento da nossa região e para a potencialização do porto da Figueira da Foz. Mantemos a nossa postura, a defesa intransigente, nem que seja como uma solução alternativa que seja clarificada por parte de quem, neste momento, detém essa área de intervenção.-----

----- Quanto aos lotes da AGNI, a Câmara Municipal não vendeu 4, mas sim 8: um grupo de 6 e outro de 2. O de 6 é onde está a construção atual e os outros 2 seriam para construir um centro de investigação e que já foram devolvidos à CM, encontrando-se já escriturados, após deliberação do executivo municipal. Em relação aos restantes, de acordo com o gestor da insolvência e com a decisão do tribunal ficaram afetos ao construtor, dado que aquele projeto nunca foi financiado por fundos comunitários ou nacionais e, atualmente, é propriedade do construtor – a RAGEN. -----

----- Em relação à Carta de Saúde, neste momento, esta situação transitória pode-nos ser facilitadora, mas não nos dá garantias de que não podemos ficar asfixiados e, por isso, deveríamos, em conjunto com a CP e com o representante da AM no Conselho da Comunidade do Agrupamento dos Centros de Saúde do Baixo Mondego II, o membro Décio Matias, solicitar uma audiência com a ARS e com o gestor do ACES. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2011, setembro, 28***

-----Gostava de dizer que a Carta de Saúde que nos foi apresentada, não é toda displicente sobre determinadas circunstâncias e situações que o concelho precisa de ver melhoradas. Mas mais do que nunca, agora que a Reforma Administrativa está em cima da mesa, nada deve ser votado sem esquecer tudo aquilo que lhe está ligado, sobretudo numa nova junção territorial, sem esquecer as facilidades de mobilidade e o respeito pela cidadania. E mais do que nunca, temos mais um argumento para discutir, se no futuro passarmos a não ter não as 14 freguesias.-----

-----Muitas pessoas pegaram no documento e verificaram que existem ali condicionantes e condicionalismos que temos que saber ultrapassar, já que é preocupante o que nos foi transmitido e apresentado. Primeiro: o benefício de termos aumentado substancialmente o nosso número de residentes leva-nos para o Nível II, com 114 habitantes por km², tendo, agora, os dois outros critérios de ser suficientemente clarificados pela própria Assembleia da República, e que se prende com a classificação de inequívoca de freguesias rurais e maioritariamente ou predominantemente urbanas e as formas como se agregam estas matérias. -----

-----Relativamente aos horários da iluminação pública, o problema é muito mais alargado do que o que foi, pontualmente, referido. Se verificarem, hoje às 20 horas já é escuro e a iluminação ainda não se acesa, o que apenas se verifica pelas 20 horas e 30 minutos, porque o relógio ainda não foi regulado. O programa que está a ser gizado, prende-se fundamentalmente, e já foi discutido com os senhores PJF, com o facto de a partir de janeiro do próximo ano ser posta em execução a diminuição da iluminação pública, a partir de determinadas horas e em determinadas zonas que são mais gastadoras. Posso dizer que mais de 10% da despesa com iluminação pública é feita ao longo da EN 111, entre Quinhendros e as Meãs, assim como na zona da Quinta de S. Luís. Terá, necessariamente, de existir uma correção e uma alteração da disponibilidade de iluminação e, ao mesmo tempo, de equipamentos mais economizadores. -----

-----Há dez anos, a relação receita / despesa da renda que recebíamos da EDP, era de 10 para 6 ou 7 e hoje é de 10 para 9. É evidente que a EDP não tem atualizado a renda pelos critérios que a Câmara desejava mas o alargamento da iluminação pública tem vindo a gastar quase todo o montante da renda. Nesta matéria estão já a ser apreciadas candidaturas sobre rentabilização de eficiência energética e à diminuição da carga de iluminação pública a partir de determinadas horas, em determinados locais. -----

-----Em relação à feira quinzenal, enquanto estiver à frente do executivo, ela ficará ali, numa situação que é provisória mas para dois anos já que a prioridade é acabar os outros projetos e depois logo se verá. --

-----Quanto à paragem das obras do CAR, mais propriamente no largo da feira de Montemor, esta prende-se fundamentalmente com uma alteração ao projeto, do ponto de vista da pista de atletismo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2011, setembro, 28

prevista, que vai permitir a competição para o desporto escolar e para a introdução ou não de um campo sintético.-----

----- Foram introduzidos nesta AM quatro pontos que considero muito importantes. Lembro que vai abrir o último período de candidaturas da CIBM, para o triénio 2009/2011, e onde a CM tem hipótese de candidatar 4 obras fundamentais, entre as quais 2 que visam recuperar os eixos de mobilidade que foram mais prejudicados pelas obras do saneamento (eixo Seixo/Gatões; recuperação da Ex-EN 347 entre Gatões e Quinhendros e depois o eixo Abrunheira/Verride/Vila Nova da Barca, até à ponte de Verride).-----

----- Outros projetos prendem-se com a requalificação urbana na vila de Pereira e de uma via que será uma solução para a rua dos Casais Velhos a ser consignadas durante o próximo ano de 2012. Dentro dos Casais Velhos, está a ser negociado para que o saneamento e se possa vir a partilhar com as águas do Mondego.-----

----- Para finalizar, este ano, a CM procurou fazer um corte que, aproveitando as vicissitudes territoriais de ordenamento provocado pelas obras atrás referidas, não possibilitava a realização das Festas da Vila no mesmo sítio e, assim, verificou-se um corte de 30% na despesa e baixou-se o custo total das Festas da Vila para um total de 180.000,00€. Os cortes foram feitos na produção executiva em cerca de 35%, no conteúdo da programação 10%, nas tendas 50%, nos projetos elétricos e na iluminação 48%, na segurança e GNR 55%, no marketing e publicidade 44% e nos direitos de autor, na alimentação e outros 40%.-----

----- Também é evidente que a receita baixou passando de 29.000,00€ para 26.000,00€, tendo os patrocínios mantido o mesmo valor, a gastronomia baixou para metade e no terrado passou-se de 32.000,00€ para 20.000,00€, ou seja, a CM teve um decréscimo total, entre receita e despesa, de cerca de 23% (62.000,00€). Por isso, não se pode questionar a qualidade que, quer com a solução que anteriormente existia, quer com uma melhoria no Castelo de Montemor ou no CAR, será mantida, não colocando em causa o conceito de Montemorense, desde a ponta de Reveles à ponta da Volta da Tocha.” -

----- O PJF da Carapinheira, José Manuel Rama pediu a palavra e disse: “Em relação ao encerramento dos CTT na Carapinheira pretendo esclarecer que houve uma reunião na CM, onde ficou decidido que a JF assumiria a parceria com os CTT e daria continuidade aos trabalhos da estação, a partir do dia 2 de dezembro do corrente ano, sendo que estes serviços funcionarão na sede da JF.”-----

----- **2. – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea e), nº 1, do artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro –** não havendo qualquer pedido de intervenção, passou-se, de imediato, ao ponto seguinte.-----

----- **3.– Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Reafecção de Lotes – Mor-Energy -** o membro Marco Góis (PS) pediu a palavra e disse: “Relativamente a este assunto o grupo do PS nada tem a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2011, setembro, 28

obstar e, por esse motivo, o voto é favorável. O que pretendo dizer não tem totalmente a ver com o tema em concreto, mas pretendo saber o ponto de situação da Mor-Energy e do Parque Tecnológico. O PC já falou um pouco sobre este tema, mas gostaria de saber se há previsões, em termos da captação de investimento, para aquela área.” -----

-----O membro Filipe Carraco (CMS) pediu a palavra e disse: “Julgo que no ponto anterior o PC já teve oportunidade de explicar e enquadrar esta situação e a reversão que se verificou dos lotes destinados à AGNI é uma questão de troca formal e, por isso mesmo, o grupo da CMS nada tem a obstar.” -----

-----O PCM pediu a palavra e disse: “A CMMV tinha 5 lotes na parte da frente do Parque de Negócios, onde está construída a AGNI e o executivo já tinha deliberado que os 2 que ficam próximos da rotunda seriam cedidos: um para a Nanotecnologia e outro para a Energia, havendo um que estava no meio, para futura expansão de um ou de outro. Com os 2 lotes da AGNI que a CM adquiriu, o que estamos a propor é que o primeiro fique adstrito ao projeto Mor-Energy, salvaguardando que ele fará sempre parte da componente do capital e venha a formalizar a estruturação desta associação privada, sem fins lucrativos, constituída com a Universidade de Coimbra. Por parte de empresas como a Martifer, a Lena Construções, a Visabeira, a Efacec, a EDP Inovação, Galp Energia e a Soporcel têm existido contatos através da Universidade de Coimbra e do executivo. Estamos a falar num projeto de 3,5 milhões de euros, dos quais poderá haver um financiamento de 85% e 450 mil euros de participação própria que será muito bom se forem divididos por 2 anos e por 6 ou 7 entidades. Caso a CM fique sozinha neste processo com a Universidade de Coimbra, não avançaremos com o projeto. O importante é que este projeto não coloca a CM dentro da condição de promotora exclusiva, mas sim de promotores partenariados rentabilizando o capital investido. Durante o mês de outubro haverá uma reunião mais alargada, com os diferentes agentes económicos que foram convidados, onde se vai analisar quais é que estão disponíveis para avançar, para ver qual a rentabilização plausível dos investimentos que estão em causa.” -----

-----Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 30 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por unanimidade. -----

-----**4.– Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Nomeação de Juizes Sociais** - o membro Rui Rodrigues (PS) pediu a palavra e disse: “O grupo do PS informa que, conhecendo as pessoas indicadas na lista e dada a sua idoneidade, vota favoravelmente este ponto.” -----

-----O membro Ricardo Brites (CDU) pediu a palavra e disse: “Pretendo apenas referir uma questão meramente formal, relativamente à lista, que poderia ter sido organizada de maneira diferente, para que se percebesse quem são os efetivos, quem são os suplentes e a que freguesias são atribuídas. De resto acho que reflete bonitas fotografias de família.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2011, setembro, 28

----- O membro Fernando Curto (PS) pediu a palavra dizendo que em relação a um elemento da lista se verificava que a mesma tinha apenas dezassete anos mas já era divorciada e aposentada. -----

----- O SMAM Vítor Travassos pediu a palavra e disse: “Apenas para esclarecer que a data de nascimento desse elemento não é 1993, mas sim 1943 e que a primeira listagem que foi enviada a todos os MAM, conforme explicado, tinha 2 pessoas com menos de 25 anos, o que não é permitido por lei. Em relação ao que foi mencionado pelo membro Ricardo Brites, esta listagem é remetida ao Tribunal e será este a fazer a seleção de apenas quinze ou dezasseis elementos entre efetivos e suplentes.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 29 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por unanimidade;-----

----- **5.– Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Imposto Municipal Sobre Imóveis a cobrar em 2012** - o membro Filipe Carraco (CMS) pediu a palavra e disse: “Relativamente à taxa do IMI a cobrar em 2012, o grupo da CMS vai votar favoravelmente a proposta apresentada que, no fundo manterá em vigor as taxas praticadas atualmente. Gostaria, no entanto, de solicitar ao executivo, que esclareça qual o ponto de situação relativamente ao que já foi aqui debatido e que em termos de IMI foi votado, e que relaciona com as penalizações ou beneficiações, em termos de zonamento, em função das recuperações e daí a beneficiação em termos de taxa ou em termos de imóveis degradados que não recuperados.” -----

----- O membro Marco Góis (PS) pediu a palavra e disse: “Relativamente a este ponto começo por dizer que, estando o País e o município de Montemor-o-Velho a passar por uma crise, não poderíamos ter outra atitude que não pudesse ser considerada demagógica, a não ser aprovar esta proposta. Existem, no entanto, uma série de questões que têm sido levantadas nos últimos anos pelo grupo do PS e também no executivo pelos vereadores do PS e que se prendem com o que foi referido pelo membro Filipe Carraco, quando é referido que as majorações são “taxas relativas aos prédios urbanos degradados”, como tal identificados em vistoria municipal. Daí que gostaríamos de saber se, realmente, é se já foram feitas todas estas vistorias municipais ou se o procedimento foi só o do levantamento de existência de algo ou se já foi feita também a respetiva classificação.” -----

----- O membro Ricardo Brites (CDU) pediu a palavra e disse: “Temos consciência das situações difíceis que atravessamos, mas também sabemos que os portugueses e os munícipes de Montemor, se deparam todos os dias, com o lançamento de impostos e mais impostos e mais contribuições e “troikas” e tudo aquilo que sabemos. Obviamente, que são estes que menos culpas têm do estado a que o nosso País chegou, já que o munícipe, o contribuinte, o pequeno proprietário são os mais sacrificados.-----

----- É natural que me preocupe a majoração de 25%, que poderá ser um pau de dois bicos, porque se queremos recuperar o património e as habitações que estão degradadas, obviamente que para uma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2011, setembro, 28

família, que porventura terá vários prédios na mesma situação, ter 90 dias para gastar 40.000€ ou 50.000€ não será fácil, para a maioria dos munícipes. Pelo que sei, são esses os ultimatos que saem da CM e nem sempre os serviços, responsáveis por esta questão, se preocupam em agilizar e ajudar na resolução de problemas que surgem, nas dificuldades que as pessoas têm em fazer as candidaturas ou em completarem o processo na sua totalidade e daí o estarmos um pouco reticentes, em relação a estas taxas.” -----

-----O PCM pediu a palavra e disse: “Penso que o vereador com competências delegadas nesta matéria irá responder, mas diria que quer o ano passado, quer este ano, estas deliberações são praticamente iguais e têm, fundamentalmente, um objetivo que é de compatibilizar uma vontade política, com pragmatismos, sobretudo do lado das Finanças. Para ultrapassar algumas situações temos, neste momento, uma equipa a trabalhar, em colaboração com a própria Repartição de Finanças Local, esperando que, até ao final do corrente ano, apresente um levantamento exaustivo, sobretudo nas áreas onde estão previstas e apontadas estas majorações ou estas penalizações. Para além disso, tem sido feita, e já apelei ao bom senso dos próprios serviços, vistorias e visitas a alguns destes locais, onde a degradação imobiliária se manifesta mais preocupante, quer em termos de paisagem, de imagem, de segurança e de recuperação em que se pretende que exista uma valorização turística e ambiental de algumas destas localidades. -----

-----Por isso, este trabalho vai ter que ser melhorado, aprofundado, porque estamos a recorrer a contratos de emprego provisório - Contrato de Emprego e Inserção - para o realizarem, tendo as pessoas formação especializada na área dos Sistemas de Informação Geográfica e que são, particularmente, importantes. Penso que já é tempo de se chegar a conclusões e que no ano de 2012 se passe de algumas teorias aos factos até para que a revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) seja feita com precisão. -----

-----Digo-vos, ainda, que está a ser alterada e trabalhada pela responsável do Departamento de Urbanismo da CMMV em parceria com especialistas das finanças, a definição das novas áreas de zonamento do concelho, quer para fins de construção e de tributação”.-----

-----O vereador Abel Girão (CMS) pediu a palavra e disse: “Em primeiro lugar pretendo esclarecer o membro Ricardo Brites do procedimento tido em termos dos processos de imóveis degradados. Foi efetuado um levantamento e colocação em cadastro com identificação dos proprietários e feita a correspondente notificação. Não existe qualquer processo burocrático em relação à recuperação de imóveis já que o proprietário é notificado, enviando-se-lhe um auto de vistoria e este poderá, a partir daí, executar as obras que foram indicadas. Posteriormente, é feita uma nova fiscalização no sentido de verificar se os prédios foram ou não recuperados. Caso não tenham sido recuperados, entra-se então na fase da majoração e aplicação do que está previsto. Não existe, pois, qualquer processo burocrático, apenas têm que cumprir com o que a comissão de vistoria definiu”.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2011, setembro, 28

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 28 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria, com 27 votos a favor (CMS e PS) e 1 abstenção (CDU); -----

----- **6.- Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Derrama a lançar no ano de 2012 relativamente ao exercício 2011** - o membro Marco Góis (PS) pediu a palavra e disse: “Relativamente a este assunto, tendo em consideração que os valores propostos são os mesmos do ano transato, que só no próximo ano teremos os resultados da cobrança deste imposto e que a cobrança já estava prevista no Plano de Saneamento Financeiro da CMMV, o grupo do PS vai aprovar os montantes indicados. -----

----- O membro Ricardo Brites (CDU) pediu a palavra para referir que queria acreditar que, na verdade, o resultado da derrama foi e que vai continuar a ser aplicado nos pólos industriais e logísticos. -----

----- O membro Filipe Carraco (CMS) disse que o grupo da Coligação “Montemor, Sempre” iria votar favoravelmente, em consonância com a proposta apresentada pelo executivo municipal. -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 30 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria, com 29 votos a favor (CMS e PS) e 1 abstenção (CDU); -----

----- **7.- Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a participação no IRS (Imposto Sobre Rendimento das Pessoas Singulares) no ano de 2011** - o membro Filipe Carraco (CMS) salientou que o grupo da CMS iria votar favoravelmente este ponto, a exemplo do que tem acontecido nos últimos anos. --

----- O membro Marco Góis (PS) pediu a palavra e disse: “Sobre este assunto, apenas digo que o grupo do PS vai aprovar a percentagem proposta, pelos motivos que já referi nos dois pontos anteriores. Realmente, este é um daqueles pontos que incide diretamente sobre as famílias e a tendência natural seria, caso fosse possível, diminuir, mas objetivamente não o pode ser.” -----

----- O membro Ricardo Brites (CDU) pediu a palavra e disse: “Obviamente, acreditamos que são impostos como este que, neste momento, são apetecíveis às autarquias, para fazer frente aos cortes no seu financiamento e das dificuldades financeiras que estão a atravessar. O que está errado é que todos os dias se inventam novos subterfúgios, em nome da “troika” e dos memorandos, com o aval dos partidos que concordaram com ele e o assinaram (PSD, PS e CDS), mas há alguém que não tem culpa, que tem muitas mais dificuldades e que de há uns anos a esta parte tem vindo a sofrer um saque ao seu bolso e aos direitos consagrados na Constituição da República, alguém que nada contribuiu para o estado em que se encontram as finanças públicas e municipais e consideramos que o munícipes de Montemor-o-Velho não merecem ser taxados com a participação máxima, e por isso, votamos contra.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2011, setembro, 28

-----Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 31 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria, com 30 votos a favor (CMS e PS) e 1 voto contra (CDU);-----

-----**8.– Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano de 2012** - o membro Filipe Carraco (CMS) disse que o grupo da CMS iria votar favoravelmente, até porque a proposta sobre esta taxa é igual à dos anteriores.”-----

-----O membro Marco Góis (PS) referiu que apesar, de a exemplo do ano transato, não perceber a razão pela qual a taxa não era cobrada e partindo do pressuposto que as previsões de receita que a Câmara terá estudado não se alteraria, compreendem que não seja fixado nenhum valor e, por esse motivo, o grupo do PS votaria favoravelmente.-----

-----Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 31 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por unanimidade;-----

-----**9.– Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a 2.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e 2.ª Revisão ao Orçamento** - o membro Marco Góis (PS) pediu a palavra e disse: “Em relação a esta Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e Revisão ao Orçamento e às alterações que aqui estão a ser feitas, nada há a obstar por parte do grupo do PS. No entanto e tendo por base a votação das GOP’s e do Orçamento, que nada tiveram a ver com estas dotações, também não vai ser por causa delas que a nossa posição global se vai alterar e, por esse motivo, iremos abster-nos.”-----

-----O membro Ricardo Brites (CDU) disse que de acordo com votação em relação às Grandes Opções do Plano e Orçamento, também se iria abster em relação a esta matéria.-----

-----O membro Filipe Carraco (CMS) salientou que a revisão do Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento apresenta era explícita e logicamente teria de ser aprovada para não causticar e comprometer os projetos a que se destina, pelo que o grupo da CMS a iria aprovar.-----

-----Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 30 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria, com 19 votos a favor (CMS) e 11 abstenções (PS e CDU);-----

-----**10.– Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o pedido de Reconhecimento de Relevante Interesse Público da Ciclovia Mondego – Troço Centro de Alto Rendimento/Limite do Concelho de Montemor-o-Velho com Coimbra** - o membro Rui Rodrigues (PS) referiu que o grupo do PS iria votar favoravelmente, considerando que esta era uma situação há muito esperada pelas populações.-----

-----O membro Filipe Carraco (CMS) pediu a palavra e disse: “Mais do que uma obra de relevo para o concelho, acho que se trata de um projeto de grande relevância para a região, junto a um dos seus “ex-

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2011, setembro, 28

libris” - o Rio Mondego - que permitirá a ligação entre Coimbra e a Figueira da Foz, passando pelo coração do Baixo Mondego e toda a zona esplendorosa que este concelho tem no seu interior, nomeadamente o Centro de Alto Rendimento (CAR), pelo que o grupo da CMS votará favoravelmente”.-----

----- O PCM pediu a palavra e disse: “Este projeto que é intermunicipal, é um exemplo que espero que seja concluído e que pode facilitar e potenciar a nossa região no eixo de Coimbra à Figueira da Foz. Este processo tem sido complicado e tem tido da minha parte uma leitura de privilegiar a oportunidade, muitas vezes em detrimento de uma seletividade mais rigorosa, sobre o próprio tipo de projeto. Os nossos parceiros, a montante e a jusante, têm que se decidir rapidamente, pois caso contrário, poderemos perder uma oportunidade financeira única e ainda por cima, de Montemor ficar com parte de território já preparado para esta via e não vermos a continuidade e a acessibilidade que estava prevista.-----

----- Neste momento, o que está em discussão é o projeto de ligação de Coimbra a Montemor e de Montemor à Figueira da Foz, por pressões do INAG e que colheram pareceres muito favoráveis dos Presidentes de ambas as Câmaras, para não causarem problemas, e em que a ciclovia já não passará no talude da margem direita do leito central mas virá a ocupar parte das vias rodoviárias restritas de utilização por parte da Obra Hidroagrícola. Nesse contexto, já manifestei a minha postura e posição, em nome do município, de aceitar democraticamente essa circunstância, mas do ponto de vista de um defensor da região, considero que isto é uma manifesta demonstração de falta de regionalismo e de capacidade de liderança, que não me permite que o omitisse aqui. Fiz um repto claro aos meus colegas interrogando-os porque é que, vindo de Coimbra, a pista deixaria de estar instalada no talude do lado direito mas na margem direita e não na margem esquerda? Porque é que se realiza um investimento em que ao longo de cerca de 10 a 12 quilómetros, a proximidade habitacional é praticamente nula ou bastante distante, quando pela margem esquerda passaria por Casais, Bencanta, Taveiro, o que para o município de Montemor seria muito mais importante, porque ia receber a ciclovia em Pereira. Neste momento, aguardamos que Coimbra decida por onde vem a pista, para perguntar onde a vamos receber.-----

----- Este trajeto que estamos aqui a aprovar, é o que virá pelo direito. Não me admiro nada que ainda tenham que aprovar outro trajeto, o que pessoalmente preferia, mas temos que apresentar esta declaração o mais rapidamente possível, para não ser a CMMV a inviabilizar o trajeto. O próprio projetista, neste momento, continuará a trabalhar no território de Montemor e possivelmente no da Figueira da Foz e já demonstrou toda a disponibilidade para que da parte de Coimbra encontrem e tracem uma solução, para não perder este montante.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 32 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por unanimidade;-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2011, setembro, 28

-----11.– **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o pedido de Reconhecimento de Relevante Interesse Público do Eixo Viário do Sistema Urbano das Gândaras – Arazedo/ Meco: Variante (entre Faíscas e a Rotunda dos Gordos)** - o membro Rui Rodrigues (PS) disse que o grupo do PS e dado o interesse que esta obra tem para aquela localidade e populações em redor, votaria favoravelmente. -----

-----O membro Filipe Carraco (CMS) pediu a palavra e disse: “Trata-se de mais uma obra com um relevo significativo, nomeadamente para toda a freguesia de Arazedo, que permitirá conferir outra urbanidade ao espaço desta vila, assim como, melhorar significativamente os acessos de toda a parte norte da freguesia, no eixo de ligação entre Meco e o limite do concelho com Cantanhede. Esta é uma obra que há algum tempo cria alguma ansiedade e expectativa nas pessoas da freguesia de Arazedo e, portanto, o grupo da CMS, irá votar favoravelmente.” -----

-----O PJF de Arazedo, Eusébio Campos (CMS) pediu a palavra e disse: “Em relação a este ponto, obviamente que reitero tudo o que foi afirmado em relação à importância de uma obra há muito desejada e que irá, com certeza, causar uma melhoria significativa no aspeto rodoviário e no crescimento da urbanidade. É, realmente, uma obra que permitirá, de uma forma transversal, afetar positivamente as populações, os visitantes e quem precise de utilizar quer a A14 ou outros destinos e, por isso é com grande satisfação que espero a execução desta obra.” -----

-----Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 32 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por unanimidade; -----

-----12.– **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, abertura de procedimento, aprovação do programa de concurso e caderno de encargos para Concurso Público – Conservação e Reparação de Estradas, Arruamentos e Caminhos Municipais: Freguesias de Montemor-o-Velho, Gatões e Seixo** - o PCM pediu a palavra e disse: “Já anteriormente tive a oportunidade de referir qual o interesse deste e do concurso seguinte e porque é que eles são presentes a esta AM: porque vai estar aberta uma candidatura entre os dias 10 ou 12 de outubro, até 30 de novembro e tem de haver intenção de adjudicação. Para que tal se concretize, os procedimentos têm que ser lançados e este processo vai ter uma repercussão não só espacial e física, mas também temporal. No plano atual de atividades estes projetos não estavam previstos, e por isso tem que haver uma autorização prévia da AM, relativamente à proposta apresentada pelo executivo municipal, para poder continuar com os procedimentos definidos. Evidentemente que, em dezembro, quando discutirmos o Plano de Atividade e Orçamento estes processos serão incluídos. -----

-----O Chefe de Divisão Financeira disse que: “Se esta fosse uma empreitada, que tivesse execução no corrente ano, eventualmente, estariam a apresentar uma revisão aos documentos provisionais. Não é este o caso e, de facto, este é um procedimento que implica despesas para o futuro e não estamos a fazer mais

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2011, setembro, 28

do que antecipar aquilo que será depois o Orçamento e o Plano Plurianual de Investimentos dos próximos anos, que terá que vir ao órgão deliberativo para aprovação. Neste caso concreto, dado que não há ainda autorização por parte da AM para estes projetos, torna-se necessário que a mesma se pronuncie, sendo certo que a sua aprovação implica que deverá constar obrigatoriamente no Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento do próximo ano e nos anos futuros.”-----

----- O PCM pediu a palavra e disse: “Parte destes projetos não só vão usufruir dos fundos financeiros que o QREN tinha disponíveis para o PO Regional, como foram acrescidos de uma dotação de cerca de 458.000,00€, resultantes do encerramento do III Quadro Comunitário e que, sobretudo, nos compensou pela obra feita na EN335-1, na recuperação entre a Volta da Tocha e Faíscas. Assim, parte da verba do FEDER vai ser utilizado agora no reforço da componente da candidatura.”-----

----- O membro Marco Góis (PS) pediu a palavra e disse: “Aproveito para falar já do ponto seguinte, para depois não me repetir. Tendo em consideração o destino deste procedimento, ou seja, o tipo de obras e a importância que tem para a população, tendo também em consideração que não é uma alteração ao documento das Grandes Opções do Plano e Orçamento vigente, mas sim uma alteração, tendo em conta a dotação para os anos futuros, neste ponto e no seguinte o grupo do PS irá votar favoravelmente.”-----

----- O membro Filipe Carraco (CMS) pediu a palavra e disse: “Fará toda a pertinência abordar este assunto e o próximo, porque no fundo, trata-se de intervenções com o mesmo fundamento e com a mesma pertinência. Logicamente, para quem circula no dia a dia nas estradas do nosso concelho e nestes importantes eixos rodoviários, que se encontram bastante danificados devido às obras do saneamento é importante que as obras se desenvolvam incluindo a repavimentação que, no entanto, não irá repor as condições ideais das vias, já que algumas delas, antes do saneamento denotavam deterioração assinalável. Neste sentido, julgo tratem-se de intervenções muito importantes para as nossas populações e, logicamente, o grupo da CMS irá viabilizar este ponto e o seguinte, que foram agendados com urgência.” --

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 32 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por unanimidade;-----

----- **13. – Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, abertura de procedimento, aprovação do programa de concurso e caderno de encargos para Concurso Público – Conservação e Reparação de Estradas, Arruamentos e Caminhos Municipais: Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca -**

Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 32 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por unanimidade;-----

Sessão Ordinária de 2011, setembro, 28

-----14. – **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o pedido de Reconhecimento de Interesse Público do Emissário de Descarga da ETAR de S. Martinho de Árvore** – não havendo intervenções e encontrando-se presentes 32 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por unanimidade;-----

-----15. – **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o pedido de autorização de despesa para construção/instalação de um campo de futebol sintético em Pereira** - o membro Marco Góis (PS) pediu a palavra e disse: “O PS reconhece a importância desta obra, tendo também em consideração o aumento de população que se verificou naquela freguesia, o reconhecimento da melhoria dos equipamentos sociais e desportivos e, por esse motivo, por ser também uma ambição antiga da população, concorda o PS com este ponto e com a tomada de posição por parte da CM e por esse motivo, vamos votar favoravelmente.” -

-----O membro Filipe Carraco (CMS) pediu a palavra e disse: “Em relação a este ponto, reconhecendo que este tipo de intervenções não são exatamente as mais prioritárias, mas tendo em consideração a conjectura que temos e a possibilidade de ter uma candidatura, em que se consiga um cofinanciamento muito significativo para esta obra, que pode significar uma oportunidade única, nomeadamente para Pereira, que é uma freguesia que tem aumentado bastante a sua população e, dentro desse aumento de população, uma parte significativa traduz-se em população jovem, logicamente o nosso grupo irá viabilizar este ponto.” -----

-----O PCM pediu a palavra e disse: “Neste momento a Associação Cultural Desportiva Recreativa de Pereira tem uma candidatura plausível a fundos de apoio, por via da Direção-Geral da Administração Local, que caso venha a ser efetivada, tem o compromisso já assumido que o município assegurará o remanescente financiamento, nos montantes idênticos àqueles que poderiam ter que fazer, face a uma candidatura a estes fundos comunitários. Caso isso venha a ter fragilidades ou não vir a ser oportuno e adequado temos a solução, que aqui estamos a apresentar. Entenda-se que é igual à que foi feita com o Clube Desportivo Carapinheirense e com o Grupo Desportivo “Os Águias”. Pretendo com isto dizer que se avançar uma candidatura não avança a outra e o compromisso é o mesmo por parte do município. Em segundo lugar, já falei com o PJF de Pereira e já dei indicações aos serviços para efetuarem um levantamento, para mudar o mini-sintético que se encontra junto ao pavilhão para a Quinta de S. Luís, para que fique mais próximo da população que, com maior índice de crianças e de jovens poderá utilizar aquele espaço. Nesta matéria iremos proceder e estamos a fazer o levantamento necessário para avançar. Logicamente que o contexto do piso em si poderá vir a necessitar de uma solidificação na sua implementação, embora a relva sintética tanto pode estar num lado como no outro. Pretende-se

Sessão Ordinária de 2011, setembro, 28

aproximar mais do contexto de uma utilização mais usufrutuária por parte da população e isso vai ser desencadeado de acordo com indicações que já dei aos Serviços”.

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 32 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por unanimidade;

----- **16. – Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o pedido de autorização de despesa para construção/instalação de um campo de futebol sintético em Montemor-o-Velho** - o membro Marco Góis (PS) pediu a palavra e disse: “Em relação ao projeto em si, em termos teóricos, aquilo que disse no ponto anterior seria facilmente transcrito para este ponto acerca do sintético em Montemor-o-Velho. O único ponto em que o PS está em desacordo neste projeto, tem a ver com a sua localização prevista pelo que se irá abster”.

----- O membro Filipe Carraco (CMS) pediu a palavra e disse: “Relativamente ao campo sintético de Montemor-o-Velho e um pouco contrariamente ao grupo do PS, o grupo da CMS entende que, face ao que irá ser a nova realidade, em termos de infraestruturas desportivas existentes em Montemor e indo um pouco ao encontro das perspetivas em termos de sede social e de novas infraestruturas do Atlético Clube Montemorense verificamos que há uma consonância entre aquilo que achamos como estratégico e o que, no fundo, a CM tem como possibilidades para a localização deste relvado sintético. Havendo a possibilidade de o enquadrar numa candidatura, com elevadas taxas de cofinanciamento, será um investimento que terá a tal oportunidade, que futuramente cada vez mais poderá vir a escassear, de termos também em Montemor uma infraestrutura de relvado sintético, nomeadamente para o incentivo das camadas mais jovens, à prática desportiva e também para disponibilizar para a prática lúdica ou de manutenção de faixas etárias que não sejam propriamente de formação. Julgo que, tendo em conta o enquadramento de infraestruturas desportivas que ficaremos a dispor na vila de Montemor e nos espaços como o CAR, esta será uma infraestrutura que terá um complemento de bastante relevo, daí que o grupo da CMS irá votar favoravelmente este ponto.”

----- O membro Ricardo Brites (CDU) pediu a palavra e disse: “Apenas para afirmar, tal como no que se refere à situação anterior, de que terá o voto favorável da CDU, no caso de ser participado na sua grande parte. De facto, já foi assegurado pelo executivo, que Pereira não será uma obra prioritária, e por esse motivo não avançará. No caso específico de Montemor-o-Velho, pensamos que é importante definir a sua localização e terá que haver negociações com a coletividade (ACM) que irá usufruir maior tempo daquele espaço, para definirem as estratégias de localização. Penso que é importante que o clube seja ouvido, numa parceria, chegarem a um consenso.”

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Fl. 54/v

Sessão Ordinária de 2011, setembro, 28

-----O PCM pediu a palavra e disse: “Em relação a este ponto, também já tive oportunidade de falar com os líderes dos grupos, mas reitero agora, para todos os membros da AM duas notas fundamentais: primeira: o esforço financeiro para o município é o mesmo, desde que seja financiado pelo POVT ou PO-Regional, não sendo, no entanto, os mesmos caso a localização seja diferenciada. Pretendo com isto dizer que onde está a ser construída a pista temos um projeto pronto que beneficiará, não só a pista, mas também o tartan correspondente, o sintético e a iluminação do mesmo. Isto será financiado dentro do CAR pelo POVT e a CM não tem gastos com aquisição de terrenos.-----

-----Segundo: se houver oportunidade de alternativa de espaço que não traga encargos substanciais na sua aquisição, estão estudados três pontos nevralgicos, que podem ser disponibilizados para o fazer, mantendo o financiamento no PO-Regional. Um dos espaços é contíguo a todo este seria próximo da localização da Pousada da Juventude, outro poderia ser na zona do Parque Logístico e outro na confluência do espaço rodoviário entre o Casal Novo do Rio e Quinta do Rosmaninhal. Qualquer uma destas soluções, desde que não infira gastos elevados de aquisição ou de permuta de terrenos, poderá ser equacionada.” ---

-----Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 31 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria, com 22 votos a favor (CMS e CDU) e 9 abstenções (PS);-----

-----Após esta intervenção, o PMAM deu por encerrada a Sessão às 20 horas e, para constar, se lavrou a presente ata, que, após lida e aprovada vai ser, devidamente, assinada. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

Lídio dos Santos Cristo, Dr.

O PRIMEIRO SECRETÁRIO,

Manuel Eduardo Magalhães Portelinha

O SEGUNDO SECRETÁRIO,

Vítor Manuel Monteiro Travassos, Dr.